Relato de Experiência

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA EAD EM UMA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS

CURRICULARIZATION OF EXTENSION IN DISTANCE EDUCATION AT A STATE UNIVERSITY IN ALAGOAS

SOUZA, Vagner Herculano de
BARROS, Rafael André de
PEIXOTO, Marcela Fernandes

RESUMO

Este estudo objetiva analisar os desafios institucionais, pedagógicos e regulatórios da curricularização da extensão em um curso semipresencial de Gestão Hospitalar na UNCISAL. Trata-se de um relato de experiência qualitativo referente a uma estratégia piloto com 147 discentes de seis polos, que articulou presencialidade virtual (Moodle/RNP) e física em quatro projetos territoriais. Como resultado, o modelo híbrido viabilizou o planejamento, o acompanhamento e a execução das ações sem comprometer a interação comunitária e a viabilidade financeira, embora tenham surgido assimetrias no acompanhamento e limitações em indicadores de impacto. Conclui-se que a hibridização pedagógica é viável e eficaz para a extensão na EaD pública, subsidiando a atualização do PPC e auxiliando na formulação de políticas regulatórias adequadas às especificidades territoriais.

Palavras-chave: Curricularização da extensão; Hibridização pedagógica; Políticas; Presencialidade virtual.

ABSTRACT

This study aims to analyze the institutional, pedagogical, and regulatory challenges of extension curricularization in a blended Healthcare Management program at UNCISAL. This is a qualitative experience report regarding a pilot strategy with 147 students across six learning centers, which articulated virtual (Moodle/RNP) and physical presence in four territorial projects. As a result, the hybrid model enabled the planning, monitoring, and execution of actions without compromising community interaction and financial viability, although tracking asymmetries and limitations in impact indicators emerged. It is concluded that pedagogical hybridization is viable and effective for extension in public distance education, supporting the update of the Course Pedagogical Project (PPC) and aiding in the formulation of regulatory policies suited to territorial specificities.

Keywords: Extension curricularization; Pedagogical hybridization; Policies; Virtual presence.

INTRODUÇÃO

O curso superior de tecnologia em Gestão Hospitalar do Centro de Educação a Distância da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL) possui uma carga horária total de 2.400 horas com oferta de vagas na modalidade semipresencial através de dois processos seletivos: SISU/Prosel e Sistema Universidade Aberta do Brasil.

Buscando se adequar a resolução CNE/CES nº 7/2018 que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira, regulamentando a meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 (Brasil, 2023) e que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024, o curso implementou um programa de curricularização da extensão a partir de ações focadas em formação para o trabalho, desenvolvimento regional, inclusão digital, permanência estudantil e ao fortalecimento da gestão em saúde.

Teoricamente, atender ao art. 4 com a oferta de 10% do total da carga horária curricular às atividades extensionistas, 240 horas para o curso de Gestão Hospitalar (GH), poderia ser facilmente adequado à formatação do curso, todavia a interpretação das prerrogativas do Art. 9º, segundo a qual os cursos na modalidade a distância ou semipresencial devem realizar suas atividades extensionistas presencialmente nos territórios dos polos de apoio, tornou-se um dos maiores desafios para o curso (Brasil, 2023).

Os estudos que tratam da alteração regulatória vêm apresentando diversas lacunas sobre uma ordem ainda recente, com destaque para a ausência de estudos específicos sobre esse desenho na EaD, incertezas regulatórias e conceituais, falta de modelos de implementação territorializada, dificuldades de gestão e logística e dúvidas sobre acesso, inclusão e relação com a comunidade local (Teo; Alves, 2024; Franco, 2024; Savi *et al*, 2025; Reis *et al*, 2026).

A fim de encontrar respostas para os desafios de operacionalização da extensão conforme previsto nas diretrizes, uma comissão institucional formada pela coordenação do curso, coordenador geral institucional da UAB, diretor do centro de educação a distância e pró-reitor de ensino e graduação, participou do II Encontro de Gestores da EaD das IES da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), que aconteceu nos dias 15 e 16 de junho de 2023 nas dependências da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Parte das atividades do encontro foram voltadas para iniciativas e estratégias de implementação das atividades extensionistas na modalidade EaD, em que se evidenciou o descompasso entre o texto regulador e sua aplicabilidade para a modalidade a distância.

Dois desafios da gerência pedagógica merecem destaque: 1. quase a totalidade dos cursos na oferta a distância ou semipresencial das universidades públicas brasileiras fazem parte do programa da UAB que não dispõe de recursos para o financiamento das atividades de pesquisa e extensão e; 2. o modelo de contrato de curta duração financiado por meio de bolsas para contratação de docentes, resulta em alta rotatividade do corpo docente e impacta diretamente no envolvimento e pertencimento necessários para a execução dos processos de construção, atualização e inovação dos cursos. Esses pontos se tornaram ainda mais desafiadores quando se buscou implementar as atividades extensionistas de forma não disciplinarizada, atendendo às orientações da regulação nacional que resultou na resolução institucional CONSU Nº. 05/2024 de 6 de fevereiro de 2024, o que exigiu que o Centro de Educação a Distância e ao Núcleo Docente Estruturante do curso a pensar como promover de forma efetiva as atividades extensionistas nos cursos de oferta a distância ou semipresencial.

Este texto tem por objetivo apresentar um relato de experiência acerca da implantação de uma estratégia piloto de curricularização da extensão em curso superior na modalidade semipresencial, analisando os desafios institucionais, pedagógicos e regulatórios envolvidos na implementação de atividades extensionistas na Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas.

DESENVOLVIMENTO

Considerando que, além dos desafios pedagógicos da curricularização, os cursos semipresenciais carregam obstáculos logísticos, geográficos e financeiros, a estratégia adotada para o cenário de adequação regulatória teve como base o conceito da presencialidade virtual, entendendo que a presença em aulas virtuais síncronas transcende a barreira geográfica ao fundamentar-se no conceito de presença social, definido por Biocca (1997) como a sensação de estar com o outro.

A adoção da curricularização da extensão com parte da carga horária ofertada de forma *online,* tem sido apontada como uma prática eficaz na aproximação entre universidade e comunidade ao ampliar a participação, interação e a aprendizagem em contextos não presenciais, além de integrar diretamente a formação acadêmica e cidadã, fortalecer o engajamento comunitário e a dimensão social e colaborativa (Sohn *et al.*, 2025; Peschanski; Jurno; Hilsenbeck, 2025).

No cenário em que os discentes eram distribuídos geograficamente em seis polos de ensino no estado de Alagoas, a adoção de um ambiente virtual para cada um dos projetos deu suporte aos encontros virtuais síncronos por meio de salas associadas à Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), uma ferramenta de suporte importante para a promoção da organização, execução e avaliação das ações e consequentemente para a interatividade entre seus agentes.

Entendendo que o uso da tecnologia por meio do ambiente virtual, assim como os recursos multimodais, quando mediadas por áudio, vídeo e textos, são capazes de construir um espaço de convivência e engajamento de qualidade das interações que contribuem tanto para o desenvolvimento da presença social, colaboração e pertencimento, como para a redução da distância psicológica, fazendo da presencialidade virtual uma prática pedagógica significativa, mesmo sem a copresença física (Aires, 2026; Minosky *et al*, 2024; Weidlich; Yau; Kreijns, 2024; Pujasari *et al*, 2025).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência de abordagem qualitativa, focado na análise dos desafios institucionais, pedagógicos e regulatórios na implementação da curricularização da extensão. A experiência foi desenvolvida durante o ano de 2024 no curso de GH, ofertado na modalidade semipresencial pelo Centro de Educação a Distância da UNCISAL.

Foram atendidos 147 discentes matriculados dos seis polos de ensino no estado de Alagoas, distribuídos em um programa piloto composto por quatro projetos de extensão, sendo: 46 discentes vinculados ao projeto Cuidando de Quem Cuida; 38 no GH em Ação; 17 em Empreendedorismo e Inovação no Ensino Médio e 46 no de Ações da TI na gestão em saúde: TI in Managing. Os estudantes vincularam-se aos projetos conforme afinidade temática, de forma não pareada, garantindo a carga horária obrigatória para a integralização curricular.

Cada projeto contou com a gestão de um coordenador e um vice-coordenador, responsáveis pela elaboração da proposta e submissão sequencial para análise e validação junto ao Núcleo Docente Estruturante (NDE), ao Colegiado do curso e à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). A execução contou também com a colaboração não sistemática de aproximadamente 20 atores institucionais e comunitários por meio de palestras, relatos de experiência e ações locais.

As atividades foram desenvolvidas no formato híbrido, com dedicação de 6 horas semanais (120 horas semestrais, perfazendo as 240 horas anuais exigidas para o curso). A dimensão virtual foi ancorada na plataforma Moodle e em salas síncronas associadas à Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), utilizadas para a disponibilização de materiais, gravações de encontros, fóruns e acompanhamento de frequência. O monitoramento do engajamento individual deu-se por meio de um plano de ação estruturado no modelo de farol de desempenho (verde: concluído; branco: em andamento; amarelo: em atraso; vermelho: não alcançado).

A avaliação dos discentes e a validação das horas extensionistas fundamentaram-se em relatórios parciais e finais contendo planos de ação, registros fotográficos, produtos técnicos desenvolvidos e relatos de experiência analíticos sobre a vivência prática e a realidade social. Tais evidências foram consolidadas pelos coordenadores e submetidas à PROEX para fins de certificação.

Por se tratar de um relato de experiência decorrente do acompanhamento da prática pedagógica e da gestão extensionista no ensino semipresencial, a pesquisa não utilizou dados identificáveis dos sujeitos envolvidos. Dessa forma, conforme as diretrizes do Art. 1º, Parágrafo Único, Incisos VII e VIII da Resolução CNS nº 510/2016, o estudo encontra-se dispensado de submissão e avaliação pelo Sistema CEP/CONEP (Brasil, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implementação piloto no curso de Gestão Hospitalar da UNCISAL revelou que a curricularização da extensão em cursos semipresenciais transcende o mero cumprimento burocrático de uma carga horária obrigatória, exigindo uma reinterpretação crítica das diretrizes nacionais frente à realidade social e geográfica dos estudantes. A Resolução CNE/CES nº 7/2018 e o Parecer CNE/CES nº 576/2023 estabelecem que as ações extensionistas na modalidade a distância devem ocorrer presencialmente e no território de abrangência dos polos. No entanto, a aplicação dessa exigência regulatória em um estado periférico, com 147 discentes pulverizados em seis polos descentralizados, impôs um dilema operacional imediato: impor deslocamentos físicos constantes para 100% das etapas da extensão comprometeria a democratização do acesso e a inclusão social, que são a própria razão de ser da EaD pública. Tal descompasso entre a norma prescrita e as viabilidades territoriais ratifica os achados da literatura recente sobre as incertezas e assimetrias que cercam a regulação da extensão a distância (Teo; Alves, 2024; Franco, 2024; Savi *et al*., 2025; Reis *et al*, 2026; Fontenele, 2024).

Para superação desse impasse regulatório e territorial, a estratégia desenvolvida apoiou-se no pilar pedagógico da hibridização, no qual a "presencialidade virtual" assumiu um papel estruturante e complementar, e não de mera substituição do contato humano no território. A partir da articulação das salas síncronas na Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) com o ambiente Moodle, foi possível transferir para o ambiente virtual as etapas de estudo, planejamento, mediação teórica e monitoramento contínuo, reservando a presencialidade física estritamente para as intervenções diretas na comunidade e nos serviços de saúde. Esse arranjo pedagógico operacionalizado pelo programa de extensão, assegurou o desenvolvimento do sentimento de pertencimento e de presença social, reduzindo a distância psicológica entre atores distantes geograficamente. Dessa forma, os resultados práticos evidenciaram que a ação extensionista na EaD alcança densidade formativa e protagonismo discente ao harmonizar ferramentas multimodais com a vivência presencial

nos territórios. Essa compreensão aproxima-se dos achados de Ducatti e Cazane (2024), que identificaram contribuições positivas da integração entre curricularização e presencialidade em cursos superiores EaD, e das discussões de Biocca (1997), Minosky *et al*. (2024), Weidlich, Yau e Kreijns (2024), Pujasari *et al*. (2025) e Aires (2026) acerca da presença social, interação e pertencimento em ambientes mediados por tecnologias. A experiência reforça, portanto, que a efetividade da extensão híbrida não decorre simplesmente da utilização de recursos digitais, mas da articulação intencional entre diferentes formas de presença, definindo quais atividades podem ser desenvolvidas virtualmente e quais exigem inserção presencial no território.

Pode-se dizer que essa dinamicidade pedagógica refletiu diretamente nos desafios do pilar institucional, sobretudo no que tange ao financiamento e à sustentabilidade operacional da universidade pública. O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), embora essencial para a expansão do ensino superior, opera sob uma estrutura de custeio engessada e não contempla dotação orçamentária específica para despesas com transporte, diárias ou infraestrutura física de extensão no interior. Além disso, a rotatividade do corpo docente contratado por bolsas temporárias fragiliza a institucionalização de ações de longo prazo. Diante dessa restrição de recursos, o modelo híbrido desenhado pela UNCISAL atuou como uma solução institucional viável: racionalizou custos de deslocamento, evitou a evasão decorrente do encargo financeiro sobre os discentes e fortaleceu a política de permanência estudantil percebida, convergindo com estudos recentes que defendem a curricularização como transformação da relação entre universidade e sociedade, e não apenas como inclusão burocrática de carga horária no currículo (Gomes; Alvim; Cunha, 2024; Ovidio; Martins, 2024).

Do ponto de vista formativo, a combinação dessas modalidades favoreceu o protagonismo dos estudantes e a articulação entre conhecimentos acadêmicos e problemas sociais concretos, conforme descrito no campo de resultados do Quadro 1.

Quadro 1 - Extrato do programa piloto de extensão do curso de Gestão Hospitalar.

Projetos	Objetivos	Ações	Resultados Gerais
Cuidando de Quem Cuida	Desenvolver uma rede social e produtos técnicos informativos sobre a saúde do trabalhador	Criar um perfil no Instagram informando rede de apoio, dispositivos, endereços, direitos, pesquisas, entrevistas sobre saúde do trabalhador. Desenvolver produtos técnicos sobre saúde do trabalhador: cartilhas, infográficos, mapas.	Ampliação formativa dos extensionistas do curso sobre a rede de apoio e sobre possíveis formatos de comunicação com a comunidade para disseminação de políticas públicas voltadas para a saúde do trabalhador.
Gestão Hospitalar em Ação	Fortalecer o desenvolvimento acadêmico enquanto mecanismo permanência acadêmica	Ofertar oficinas de formação sobre o uso do Moodle como Ambiente Virtual de Aprendizagem para ingressantes. Implantação de um sistema de plantão e suporte de disseminação a estratégias de como desenvolver os estudos na modalidade à distância/ semipresencial.	Foi observado diminuição das dificuldades de acesso, aumento do tempo e quantidade de logs e diminuição das demandas que chegavam para a coordenação do curso motivado pelo desconhecimento das funcionalidades do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).
Empreendedorismo e Inovação no Ensino Médio	Promover ações empreendedoras para estudantes do ensino médio de escolas públicas	Ofertar oficinas sobre empreendedorismo utilizando ferramentas de elaboração de planejamento estratégico.Acompanhar a montagem de pequenos negócios como prática da promoção do empreendedorismo realizados dentro das escolas.	Desenvolvimento das habilidades e competências práticas de identificação do potencial do território e aplicação das etapas de planejamento e contrução de microempresas a partir da aplicação de ferramentas de gestão.

TI in Managing	Desenvolver o conhecimento sobre tecnologia da informação (TI) na gestão dos serviços de saúde	Promover atividades de prática diagnóstica para identificação de alternativas tecnológicas de baixo custo enquanto melhoria das atividades laborais em serviços de saúde.Apresentação de projetos de melhoria dos processos de trabalho a partir da implantação de processos tecnologicos.	Interações práticas entre a realidade dos serviços de saúde público e a universidade a partir do uso de ferramentas diagnósticas e construção de planos de intervenções coerentes com a realidade local e institucional do serviço.

Fonte: desenvolvido pelos autores.

Apesar do êxito da experiência piloto e da validação das 240 horas de extensão junto à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), é importante reconhecer as limitações institucionais vivenciadas. O modelo enfrentou assimetrias no acompanhamento pedagógico devido à distribuição desigual dos alunos nos quatro projetos, além de ter sido restrito a um único curso sem a desejada integração interdisciplinar. Contudo, longe de invalidar a proposta, essas lacunas operacionais forneceram os subsídios concretos necessários para que o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o Colegiado pudessem atuar na atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no refinamento da Resolução CONSU nº 05/2024. Em última análise, a articulação entre os aspectos regulatórios, pedagógicos e institucionais demonstra que a extensão híbrida não é um paliativo, mas sim uma abordagem inovadora capaz de resguardar o compromisso social e a qualidade acadêmica no ensino superior a distância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada evidencia que a curricularização da extensão na EaD e na oferta semipresencial não pode ser pensada exclusivamente a partir de exigências normativas uniformes, desvinculadas das condições concretas dos territórios onde a educação superior pública busca se interiorizar. O modelo desenvolvido pela UNCISAL demonstrou que a articulação entre presencialidade física, presencialidade virtual e intervenções territorializadas pode constituir uma alternativa viável para garantir a continuidade das ações extensionistas, especialmente em regiões periféricas do país, marcadas por grandes distâncias geográficas, limitações de infraestrutura e insuficiência de financiamento. Mais do que uma solução institucional localizada, as experiências produzidas nesse contexto abrem espaço para reflexões importantes para a construção de regras regulatórias capazes de reconhecer as especificidades da EaD pública e de estabelecer critérios mais aderentes à diversidade territorial brasileira.

Nesse sentido, experiências como esta devem ser compreendidas como laboratórios institucionais para a formulação e o aperfeiçoamento de políticas regulatórias que assegurem, simultaneamente, qualidade, responsabilidade social e viabilidade operacional à formação superior nos territórios afastados dos grandes centros. A continuidade e o fortalecimento de programas de interiorização dependem de marcos normativos que considerem formas complementares de presença, condições de financiamento, organização do trabalho docente e as características locais dos estudantes e comunidades. Reconhecer essas experiências como fundamento para a regulação significa transformar a diversidade territorial, muitas vezes interpretada como obstáculo, em elemento orientador de políticas capazes de assegurar que a curricularização da extensão não se converta em mais uma barreira ao acesso e à permanência, mas se consolide como instrumento de democratização, formação cidadã e compromisso permanente da universidade pública com as periferias do país.

REFERÊNCIAS

AIRES, L. From presence to proximity in online higher education: students' lived and desired relationships. **Education Sciences**, v. 16, n. 1, art. 28, 2026. DOI: 10.3390/educsci16010028. Disponível em: https://doi.org/10.3390/educsci16010028. Acesso em: 22 ago. 2026.

REIS, T. B; MONTEIRO, N. B. R.; BERTOIA, N.; KLEMENT, C. F. F.; PERROTTA LOPES DE ALMEIDA PRADO, K.; ZAGO DAHMER, A.; RODRIGUES, M.; FERDINANDO PASSONE, E. Regulation of distance learning courses in Brazilian higher education:

a critical review of Decree No. 12,456/2025 and Ordinance No. 378/2025. **The International Review of Research in Open and Distributed Learning**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 204-209, 2026. Disponível em: https://www.irrodl.org/index.php/irrodl/article/view/8932. Acesso em: 20 ago. 2026.

BIOCCA, F. The cyborg's dilemma: progressive embodiment in virtual environments. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 3, n. 2, 1997. Disponível em: http://www.ascusc.org/jcmc/vol3/issue2/biocca2.html. Acesso em: 29 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. ***Parecer CNE/CES nº 576/2023, de 4 de outubro de 2023*.** Reexame da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/sumula-de-pareceres/2023/sum008-23_parecer-ces-576_2023.pdf. Acesso em: 16 mai. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. ***Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018***. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 16 mai. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. ***Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016***. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, seção 1, n. 98, p. 44-46, 24 maio 2016. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf. Acesso em: 24 ago. 2026.

DUCATTI, A. P. S.; CAZANE, A. L. Percepção sobre método que integra curricularização da extensão e presencialidade nos cursos superiores EaD. **EaD & Tecnologias Digitais na Educação**, v. 12, n. 15, p. 111-123, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.30612/eadtde.v13i15.18129. Acesso em: 16 ago. 2026.

FONTENELE, I. C. A curricularização da extensão no Brasil: história, concepções e desafios. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 27, e97067, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2024.e97067. Acesso em: 21 ago. 2026.

FRANCO, S. R. K. A gestão da educação a distância nas universidades públicas brasileiras. **Educação & Sociedade**, v. 45, e284655, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/x8vgPGVMRPZqW7GGShYrsJN/?lang=pt. Acesso em: 20 ago. 2026.

GOMES, M. de O.; ALVIM, M. H.; CUNHA, R. L. O. R. A curricularização da extensão no ensino superior: desafios, limites e possibilidades. *InterMeio:* **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande, v. 30, n. 59, p. 167-189, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.55028/intermeio.v30i59.20635. Acesso em: 25 ago. 2026.

MINOSKY, S.; EL AINI, N.; JUSTUS, B.; BALI, T. The effect of video camera, microphone and chat box use on social presence and engagement in an online group activity. **Online Learning**, Boston, MA, v. 28, n. 4, 2024. Disponível em: https://olj.onlinelearningconsortium.org/index.php/olj/article/view/4133. Acesso em: 20 ago. 2026.

OVIDIO, R. B.; MARTINS, A. M. Curricularização da extensão: desafios e possibilidades. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 20, n. 1, e2423806, p. 1-18, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.20.23806.022. Acesso em: 19 ago. 2026.

PESCHANSKI, J. A.; JURNO, A. C.; HILSENBECK FILHO, A. M. Emergência da extensão universitária digital: boas práticas e direcionamentos. **Texto Livre**, v. 18, e56372, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tl/a/zJP7f3Hss7MhvhSgBgGBYdf/?lang=pt. Acesso em: 20 ago. 2026.

PUJASARI, R. S.; MUJIANTO, J.; SUKARMO; ASTUTI, P. Humanising online learning through social presence in higher education. **Asia Pacific Journal of Educators and Education,** Penang, v. 40, n. 3, p. 633-670, 2025. Disponível em: https://ejournal.usm.my/apjee/article/view/apjee_vol40-no-2-2025_25. Acesso em: 20 ago. 2026.

SAVI, C. L.; MOLINETE, H. B.; BISCONSINI, D. R.; BERNARTT, M. de L. Curricularização da extensão: desdobramentos na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. **Conexões - Ciência e Tecnologia**, v. 19, e025003, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.21439/conexoes.v19.3665. Acesso em: 22 ago. 2026.

SOHN, A. P. L. *et al.* Curricularização da extensão online e seus impactos na formação acadêmica e cidadã. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 67, n. 67, p. 143-160, 2025. Disponível em: https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/9885. Acesso em: 20 ago. 2026.

TEO, C. R. P. A.; ALVES, S. M. Imagens subjetivas de realidades objetivas: o que estamos fazendo com o nome de curricularização da extensão? **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 19, p. 1-22, 2024. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/22756. Acesso em: 20 ago. 2026.

UNCISAL. Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar**. Maceió: UNCISAL, 2024. Disponível em: https://novo.uncisal.edu.br/uploads/2025/10/PPC-GH_2025.1.pdf. Acesso em: 6 mai. 2026.

UNCISAL. Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas. **Resolução CONSU nº 05/2024, de 6 de fevereiro de 2024.** Disponível em: https://www.uncisal.edu.br/uncisal/extensao/leis-e-resolucoes. Acesso em: 8 mai. 2026.

WEIDLICH, J.; YAU, J.; KREIJNS, K. Social presence and psychological distance: a construal level account for online distance learning. **Education and Information Technologies**, v. 29, p. 401-423, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s10639-023-12289-0. Acesso em: 18 ago. 2026.